

## A FESTA DA ÁRVORE NOS GRUPOS ESCOLARES BARÃO DE MIPIBU E FELIPPE CAMARÃO

Elis Sandra Cardnalle Victor de Lima<sup>1</sup>  
Iury Gabriel Amorim de Araújo<sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as comemorações denominadas “festa da árvore” realizadas durante a Primeira República nos Grupos Escolares Barão de Mipibu, da cidade de São José de Mipibu, e Felipe Camarão, da cidade de Ceará-Mirim, ambos situados no Estado do Rio Grande do Norte. Estas foram atividades amplamente lavradas nos registros dessas instituições e que, por sua vez, foram levadas em consideração para a manutenção de suas autorizações de funcionamento. Para feitura deste artigo nos referenciamos em autores como Silva (2011), Amaral (1998) e Araújo (2021) para discutirmos acerca das festividades escolares, na compreensão de cotidiano a partir de Certeau (2008) e de cultura escolar a partir de Viñao Frago (1995). Metodologicamente realizamos um estudo documental a partir dos preceitos de Le Goff (1990) problematizando assim os termos de festas lavrados por essas instituições. Tais registros se encontram ainda disponibilizados nas Escolas Estaduais Barão de Mipibu e Barão de Ceará-Mirim, instituições que substituíram os Grupos Escolares em tela em suas respectivas localidades. Por fim, entendemos que estas festividades pretensamente realizadas por ambos os estabelecimentos confluíam em uma perspectiva de divulgação dos preceitos escolares cívico-patrióticos, bem como contribuía para se tentar realizar o programa oficial de ensino.

**Palavras-chave:** Festa escolar, Grupo Escolar, Civismo, Primeira República, História da educação.

### INTRODUÇÃO

No dia 15 de agosto de 1909 na cidade de São José de Mipibu dava-se início ao processo de instalação do Grupo Escolar Barão de Mipibu, em obediência ao Decreto nº 204 de 12 de agosto de 1909 publicado pelo Governo do Estado. Aquela foi a primeira instituição escolar criada na cidade durante a Primeira República e que foi sediada em prédio especificamente escolar para atender a crianças de ambos os sexos. Anos depois, no ano de 1912, o mesmo ocorria na cidade de Ceará-Mirim, com a instalação do Grupo Escolar Felipe Camarão, conforme Decreto nº 266 de 23 de março de 1912. Aquelas eram instituições escolares que deveriam ter um propósito educacional de realizar diversas práticas de lições de coisas, festejos escolares, passeios escolares, exames de fim de ano, exercícios físicos dentre outros que fossem preconizados pela lei na cidade onde estavam fixados.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, [cardnallevictor@yahoo.com.br](mailto:cardnallevictor@yahoo.com.br);

<sup>2</sup> Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, [iurygabrielufrn@gmail.com](mailto:iurygabrielufrn@gmail.com);

Nesses dois estabelecimentos de ensino se percebia ainda uma peculiaridade: ambas tiveram a sua instalação facilitada pelo fato de cada uma de suas cidades possuir à sua disposição um edifício escolar possível de ser aproveitado. Nos referimos aos antigos prédios denominados de Casas de Instrução, doações dos antigos barões de Ceará-Mirim e Mipibu, esses que eram fortes representantes da aristocracia canavieira naquela região. Tais prédios tinham origem datadas do final do Império, mas atendiam minimamente as exigências higiênicas postas pela legislação republicana (CRUZ, 2018; ARAÚJO, 2021).

A criação desses grupos escolares ocorreu em decorrência da expansão deste tipo de escola no Rio Grande do Norte e no Brasil (AZEVEDO; STAMATTO, 2012; ARAÚJO, 2021). No cenário potiguar a instalação desses estabelecimentos de ensino ocorrera devido ao processo de reforma educacional marcado por um conjunto de leis estaduais. Inicialmente publicou-se a Lei nº 249, de 22 de novembro de 1907 (RIO GRANDE DO NORTE, 1908a), a qual permitia a realização da reforma da Instrução Pública. Seguindo esta, publicou-se o Decreto nº 174, de 5 de março de 1908 (RIO GRANDE DO NORTE, 1908b), pelo qual foi criado o Grupo Escolar Augusto Severo na capital potiguar. E não demorou para que se estabelecesse a instalação de um Grupo Escolar em cada uma das sedes de comarca do RN, conforme o Decreto nº 178 de 29 de abril de 1908 (RIO GRANDE DO NORTE, 1908c).

Entendemos que essas escolas eram materializações pensadas para permanecerem, conforme Saviani (2005) as escolas serviriam para atender as necessidades humanas de caráter permanente. Percebemos que aquelas instituições viriam a contribuir para tentar suprir a demanda humana de educar para viver os “ares modernos” que se buscava alcançar no Brasil e preparando os cidadãos da República para atuar nos diferentes postos de trabalhos (NAGLE, 2009). Por sua vez, esse movimento em solo potiguar seguia um processo de modificações no cenário educacional nacional brasileiro. Esse iniciado a partir do Estado de São Paulo, no ano de 1894, com a experiência da escola-modelo criada por Caetano de Campos durante a Reforma da Instrução Paulista (PINHEIRO, 2002).

No que tange aqueles edifícios, no cenário de São José de Mipibu e Ceará-Mirim, não foi possível identificar uma diversidade de espaços internos físicos. Conforme Cruz e Stamatto (2018) e Araújo (2021), respectivamente, os grupos escolares de São José de Mipibu e de Ceará-Mirim eram delimitados principalmente por três salões de aula e um espaço dedicado à recepção e diretoria, cada um. Assim desenvolviam as suas atividades dentro deste espaço limitado e ganhavam as ruas utilizando-se dos ambientes externos como as praças públicas, sítios, engenhos, dentre outras possibilidades. As festividades escolares, por exemplo, em grande parte tomavam a frente do estabelecimento, onde havia a praça central da cidade.

Entretanto entendemos que as festas não eram apenas atividades de puro lazer escolar para as crianças, e mesmo que fosse ainda sim apresentariam um propósito do descanso do corpo para evitar fadiga. Nesse sentido, concordamos com as explicações fornecidas por Amaral (1998, p. 50-51) quando afirmou ser “a festa não só é um fenômeno social, como constitui, simultaneamente, um fundamento de comunicação, uma das expressões mais completas e ‘perfeitas’ das utopias humanas de liberdade, igualdade e fraternidade”. Assim entendemos que as festas escolares apresentavam intencionalidade de tentar exprimir o ideário republicano de educação para a população.

O calendário festivo de um grupo escolar durante a Primeira República poderia ser diverso, muito embora não houvesse garantia de realização contínua de todas as datas comemorativas estipuladas pelo Estado. Araújo e Soares Jr. (2022) explicaram que poderia haver ainda festas regulares, previstas para ocorrer anualmente, e também as esporádicas, essas ocorriam com intervalos de anos entre uma e outra, como os festejos centenários. Dentre aquelas regulares encontrava-se a Festa das Árvores, objeto de interesse neste artigo.

Entendemos que essas festas repercutiam o calendário oficial do Estado e, portanto, a sua dinâmica de proposição e interesse de realização. Ou como explicou Faria Filho (1998) momentos de produção e de realização da legislação escolar, essa que refletia as dinâmicas sociais do período que as criou. As festas ordenadas pela República serviam assim para defender seus interesses.

Assim, neste trabalho tomamos como objetivo analisar as comemorações denominadas “festa da árvore” realizadas na Primeira República nos Grupos Escolares Barão de Mipibu, da cidade de São José de Mipibu, e Felipe Camarão, da cidade de Ceará-Mirim, ambos situados no Estado do Rio Grande do Norte. E tomamos como exemplo as primeiras festividades realizadas por essas instituições.

Metodologicamente realizamos uma análise documental com base nos pressupostos apresentados por Le Goff (1990), do qual se apreende a concepção de documento/monumento. Assim um primeiro passo foi identificar monumentos que se referiam às festas escolares, pois esses seriam para o historiador os documentos utilizados para a feitura da escrita histórica. Eles não são o acesso direto ao passado, mas são o “néctar” com o qual é possível produzir a história. Para Le Goff (1990) é preciso perceber que os monumentos são construções propositais, elaboradas e guardadas para transmitir ao futuro informações que privilegiem a perspectiva da narrativa de quem os criou, cabendo ao historiador estabelecer críticas e interrogações para poder interpretá-lo.

As principais fontes estudadas foram os Termos de festas da árvore/natureza ainda existentes e encontradas nas instituições que as substituíram em suas localidades, quais sejam as Escolas Estaduais Barão de Mipibu e Barão de Ceará-Mirim. Tais registros são atas que guardam dados produzidos pelos escrivães sobre os festejos, esses que poderiam ser os professores ou diretores do estabelecimento. E passamos a observar em seu interior quais os aspectos relativos à educação republicana que destacavam. Mais que isso, realizamos um cruzamento dessas fontes com a legislação educacional da época, de forma a tentar entender se estavam sendo desenvolvidas em conformidade, ou não.

Dessa forma, no primeiro tópico que segue neste artigo apresentamos a relação entre legislação escolar do Rio Grande do Norte e a Festa das Árvores. Na sequência relatamos sobre a primeira indicação de realização da referida festividade no Grupo Escolar Barão de Mipibu. E no último tópico ganhou espaço a discussão acerca do caso do Grupo Escolar Felipe Camarão. Por fim, consideramos que a Festa das Árvores nessas escolas já em suas primeiras edições manifestava interesses de exercitar o sentimento cívico e expressar as lições de caráter para a parcela da população que a acessava, sendo esta mais um dos eventos festivos dentro do calendário de festas republicanas previamente estipuladas.

## **A FESTA DA ÁRVORE CONFORME OS NORMATIVOS E (IM)POSSIBILIDADES**

Em 24 de outubro do ano de 1913 o então Diretor Geral da Instrução Pública, o Dr. Manoel Dantas, ordenou a publicação da portaria que expediu o Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado do Rio Grande do Norte (RIO GRANDE DO NORTE, 1914). Neste se determinava a realização de um conjunto de atividades festivas que deveriam ser desenvolvidas pelas escolas norte-rio-grandenses. Neste prescrevia-se:

Art. 16—Ficam instituídas obrigatoriamente as festas solenes de 7 de Setembro, comemorativa da Independência nacional e de 1º de Maio, chamada «Festa das Árvores».

§ 1º —A festa de 7 de Setembro deverá constar, pelo menos, de uma reunião cívica, com recitativos alusivos à data, hinos patrióticos e homenagem á bandeira nacional, havendo formatura geral do grupo, sempre que for possível.

§ 2º—A festa de 1º de Maio deverá constar, pelo menos, de uma reunião cívica com recitativos alusivos ao trabalho, o plantio de uma ou mais arvores em ponto do povoado previamente escolhido de acordo com a Intendência do município, formatura geral do grupo e procissão cívica, sempre que for possível (RIO GRANDE DO NORTE, 1914, p. 9-10).

Enquanto normativo, aquela lei, tal como todas as legislações educacionais, fora produzida com intuito de ser realizada. Parafraseando as explicações de Faria Filho (1998), ela manifestava um interesse e dinâmica social republicana de realização de festejos cívicos. Ou

como explicou Araújo e Soares Jr. (2022) constituía um projeto de Estado para incutir uma cultura escolar cívica nos Grupos Escolares.

Dentre os festejos indicados constava a chamada “festa de 1º de maio”. Esta que deveria ser necessariamente cívica, na qual se homenagearia o trabalho e neste mesmo momento se faria plantio de árvores. Dessa forma se entende que era uma festa comemorativa ao trabalho e as árvores. Entretanto, mesmo sendo lei, nem sempre os estabelecimentos de ensino a seguia. Em se tratando do Grupo Escolar Barão de Mipibu, esta não foi notada como uma constante durante o decorrer da década de 1910. A partir dos registros escolares produzidos em virtude da atuação da inspetoria de ensino, que deveria ocorrer regularmente nos grupos escolares, notou-se ampla ausência de registros sobre a realização da festa nesse estabelecimento bem como a reclamação da inspetoria

Conforme o termo de visita lavrado no ano de 1914 no Grupo Escolar Barão de Mipibu, o inspetor de ensino Amphilóquio Câmara escreveu: “não realizou a festa obrigatória de primeiro de maio chamada ‘das árvores’ pelo que advirto o sr. diretor do grupo dessa irregularidade, chamando a sua atenção para o artigo 16 e 21 do regimento interno” (GRUPO ESCOLAR BARÃO DE MIPIBU, 1914, p. 8). E no ano seguinte o mesmo inspetor, visitando a escola dias antes da data prevista para a realização das festas das árvores, alertou: “desde já recomendo a festa obrigatória de 1º de Maio, chamada das Árvores, que o ano passado não foi celebrada” (GRUPO ESCOLAR BARÃO DE MIPIBU, 1915, p. 11).

Observamos neste momento o processo de vigilância estava sendo executado pela autoridade de inspeção escolar. Conforme autorizado pelo Código de Ensino em vigor na época o inspetor de ensino deveria “3º Cumprir e fazer cumprir o regimento interno, programas, horários e instruções da Diretoria Geral; 4º Impor as penas disciplinares de admoestação e repreensão escrita, comunicando sempre ao Diretor Geral” (RIO GRANDE DO NORTE, 1913, p. 123). Entendemos assim que a vistoria seguida de uma admoestação era um modo punitivo empreitado para evitar que o erro voltasse a ocorrer, era uma técnica para sujeição dos corpos (FOUCAULT, 2014).

Tal situação acerca da festa das árvores demonstrou oscilar até o final da década. No ano de 1915 também não foram encontrados registros que indiquem para a sua feitura. Acerca dos anos de 1916 e 1917 notou-se uma comunicação por meio de ofícios trocados entre o Grupo Escolar e a Diretoria da Instrução, esses registrados no Livro de Entrada e Saída de Papéis do GEBM. Onde se redigiu no Livro de Entrada e Saída de Papéis do Grupo Escolar Barão de Mipibu (1916, p. 5) ter sido enviado no dia 4 de maio “Um ofício do professor dessa escola, ao Dr. Diretor da Instrução Pública, comunicando a realização da festa das árvores, no dia 1ª de

acordo, com o que estabelece a lei em vigor”. Em decorrência deste envio, no dia 15 de julho do mesmo ano notificou-se no mesmo livro o recebimento de um “ofício do Diretor Geral da Instrução Pública ao professor da escola dizendo ter recebido e ficado ciente da participação que lhe fora feita da festa das árvores” (GRUPO ESCOLAR BARÃO DE MIPIBU, 1916, p. 7).

Para além desses só foram encontrados registros acerca do tema no ano de 1917, quando se notificou também no Livro de Entrada e Saída de Papéis do GRUPO ESCOLAR BARÃO DE MIPIBU (1917, p.9) “Um ofício do professor desta escola ao Dr. Diretor da Instrução Pública, comunicando a 1º do ano corrente da festa das árvores”. Chama a atenção na observação desses registros que nem sempre os professores relatavam por meio de atas nos livros destinados para este fim os termos de festejos escolares. Entendemos que, por vezes, ao enviar a notificação diretamente ao Diretor Geral da Instrução Pública eles negligenciavam a feitura da ata, ou mesmo escreviam a parte dos livros de Termos de Visita e Exames da instituição, visto que diante da observação destes livros dos anos de 1916 e 1917 não constam as respectivas atas da festa dedicada às árvores, nem o uso de outras possíveis nomenclaturas.

Entretanto, a partir do ano de 1920 passaram-se a ser encontrados registros sobre a referida festa. O que se intui que ocorreu devido a constante inspeção e a uma nova investida da diretoria em demonstrar persistência na vigilância dos estabelecimentos de ensino. Conforme Araújo (2021) no ano de 1920 a Diretoria Geral da Instrução Pública enviou uma circular a todos os grupos escolares por meio da qual destacava sobre a obrigatoriedade da realização das festas escolares. Entende-se que esta surtiu com efeito de ameaça e alerta sobre a possibilidade de novas punições, que não mais uma admoestação.

Já no que tange ao Grupo Escolar Felipe Camarão, a ausência da registros dessa mesma década não foram possíveis de serem acessados, não mais existindo nos arquivos escolares. Mas, dentre os existentes, nota-se que as festividades tomaram maior regularidade apenas a partir do ano de 1920, o que aponta para uma irregularidade por parte da escola em relação à normativa estadual.

Isso se constitui em um nítido silenciamento, o que permite levantar a hipótese de que a escola provavelmente não se encontrava em condições suficientes para a realização deste festejo nos moldes da lei ou mesmo de salvaguardar seus registros institucionais. A partir de Certeau (2008) interpretamos que estas ações se constituíam como táticas para reinventar o cotidiano instituído em forma de calendário, ou seja, uma invenção do próprio cotidiano escolar, “práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural” (CERTEAU, 2008, p. 40-41). De uma maneira ou de outra o cotidiano escolar

era forjado, inventado e ocorria ou não a partir das possibilidades de cada realidade institucional. Não sendo suficiente apenas legislar para que ocorressem.

## **A PRIMEIRA FESTA DA ÁRVORE IDENTIFICADA NO GRUPO ESCOLAR BARÃO DE MIPIBU**

No dia primeiro de maio do ano de mil novecentos e vinte, nesta cidade de São José de Mipibu a Escola Isolada Masculina, em conjunto com a Escola Isolada Feminina, juntos os professores Severino Bezerra de Mello e Judith de Castro Barbosa, com a presença de 64 alunos pertencentes 34 a Escola Masculina e 30 a Feminina realizou a “Festa das Árvores”. O local escolhido foi a praça onde se encontram edifício do Grupo. Diversos pés de “Ficus-benjamina” e “Eucalyptus” haviam sido reservados para serem plantados (GRUPO ESCOLAR BARÃO DE MIPIBU, 1920, p.7).

O ano de 1920 marcou o início do registro das festividades da árvore na história do Grupo Escolar Barão de Mipibu. Naquela ocasião do dia primeiro de maio dois professores levavam suas turmas para a praça central da cidade, esta que fazia frente ao edifício escolar. Eram eles Severino Bezerra de Melo, professor da Escola Isolada Masculina do Grupo Escolar e seu diretor, e Judith de Castro Barbosa, professora da Escola Isolada Feminina da Instituição. Juntos, eles eram os responsáveis pela instrução elementar dos meninos e meninas matriculados. Vale salientar que esses professores eram ainda marido e mulher (ARAÚJO; STAMATTO; MEDEIROS NETA, 2020) o que lhes facilitaria, em tese, a organização das tarefas devido contínuo contado entre eles.

Aquele casal de docentes reuniu 64 alunos que seriam encarregados de realizar o plantio de mudas de árvore em um canteiro previamente elaborado. Mas antes de realizar tal atividade os seus professores faziam preleções para demonstrar a importância de se cultivar as árvores, descreveu-se no termo da festa:

[...] os professores fizeram uma preleção sobre a alta significação daquela festa da natureza, mostrando as crianças, em seguida, o dever que todos temos de cultivar a árvore. Os professores explicaram as crianças a grande utilidade das árvores que acabaram de ser plantadas, principalmente do “eucalyptus”: hoje com longa aplicação na medicina (GRUPO ESCOLAR BARÃO DE MIPIBU, 1920, p.7).

A lição era realizada como parte da programação da festa em homenagem às árvores e exposta em espaço público. Isso significava que todas as pessoas que estivessem acompanhando aquele momento também receberiam as lições orais em curso pelos docentes e verificariam o andamento da instituição, o comportamento dos seus alunos, os tipos de atividades que promoviam.

De acordo com os registros, a temática das árvores era exaltada pela escola, principalmente por considerarem com estima o “favor” que ela desenvolvia para a manutenção da vida, tanto que era recomendada pela medicina.

Ao apresentar explanação sobre o eucalipto como uma planta medicinal os professores ensejavam a realização de lições de coisas para as crianças diante da população. Conforme o Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do ano de 1914 essas lições consistiria em “exercícios de observação” e “palestras” (RIO GRANDE DO NORTE, 1914) sobre temas diversos, como aqueles relativos à natureza:

Plantas e suas partes. Funções da raiz e das folhas. Árvores, madeiras de construção. As plantas alimentícias, oleaginosas, medicinais, têxtis de borracha e de tinturaria, especialmente as que existem no meio local ou no Estado. A necessidade da conservação das mattas. A flor, o fruto e a semente. As frutas (RIO GRANDE DO NORTE, 1914, p. 50).

Registrando que a escola obedecia àquele regulamento, os seus funcionários tentavam demonstrar no registro o interesse de ofertar informações para que as pessoas pudessem perceber a importância desta árvore para a manutenção da vida. E isso se faria por meio de um método de ensino que para a época era visto como moderno.

Entendemos que aquela prática era um modo combinado de executar o método de ensino recomendado para apresentar os cuidados com a saúde/higiene que a escola deveria expor. O que demonstrava que as instituições de ensino além de ensinar as matérias escolares também “[...] serviram de difusores de práticas de higiene. Isso não se dava apenas por suas diversas práticas escolares, o que alcançava o seu público interno, as também por intermédio de atos abertos à comunidade, como palestras e demonstrações diferenciadas durante festas escolares” (AZEVEDO; STAMATTO, 2012, p. 14).

Uma vez apresentados aos benefícios daquele tipo de planta, os alunos eram convidados a cavar a terra e realizar seu plantio nas imediações da escola. Isso representava que eles estavam cultivando árvores que seriam benéficas à saúde, assim como o ambiente onde ela estava sendo cultivada: a escola. Através desta festa demonstrava-se que a escola era espaço de atuação da medicina, por meio do ensino de preceitos higienistas. Como explicou Soares Jr (2019) a escola republicana defendia um discurso de que também era lugar de cuidar da saúde e do corpo. Encerrado o momento os alunos faziam recitativos alusivos ao tema das árvores/natureza e retornariam ao interior do edifício escolar para encerrar a programação.

Destacamos ainda que o ato de plantar, pelas mãos dos próprios alunos, não era uma ação aleatória. Se pararmos para observar as características desse ato percebemos que os alunos eram



imersos em uma situação em que explorariam os sentidos do seu corpo: o tato para manipular as mudas e a terra, o olfato para experimentar o cheiro das plantas, das flores e da terra sendo molhada e a própria visão, pela qual se fazia possível identificar as partes das plantas e o local a ser cultivado.

Isso nos remete a ideia de um ensino intuitivo ou lição de coisas, que conforme Barbosa (1881) deveria orientar os processos educacionais de forma a buscar o aprimoramento da instrução, de modo que

No caminho que a própria criança costuma seguir, examinando os vários objetos que derredor se lhe deparam, está ensinando a natureza mesma o verdadeiro plano para realização desse desejável propósito. Aproveite-se o educador dessa sede de saber do menino, e induza-o a exercer os sentidos em cada objeto que sucessivamente se lhe oferecer, vendo, apalpando, ouvindo, saboreando, ou cheirando, conforme couber. Esse método por onde a natureza ensina; e o homem ainda não foi dado excede-lo. Pelo emprego das faculdades perceptivas nas realidades que o cercam, junta o menino, de si mesmo, antes de ir a escola, um copioso pecúlio de idéias (BARBOSA, 1881, p 4-5).

A partir do exposto pelo autor citado entendemos que a festa era uma criação destinada a compor o cotidiano da criança, e por meio dela seria possível examinar aspectos físicos da localidade em que vivia, tais como as árvores. Desse modo, guiavam-se as crianças para um ambiente mais natural possível dentro da cidade, quais fossem os espaços públicos como as praças abertas e arborizadas.

Na programação da festa da árvore se induzia as crianças a exercitarem os seus sentidos a partir de meios concretos, como faziam com as mudas de plantas. Assim também os incentivavam a realizar diariamente tais processos de exploração, tentando fazer despertar nas crianças a capacidade de observação que lhes seriam úteis em outros momentos de sua vida.

## **O CORPO NA FESTA DE 1º DE MAIO NO GRUPO ESCOLAR FELIPPE CAMARÃO**

[...] formados dois a dois, o curso infantil adiante, o elementar feminino depois e a escola masculina em último lugar, atravessaram os alunos a rua 18 de agosto, a de s. João e a da aurora, onde o curso masculino, sob a direção do professor Aprígio Camara, executou uma série de exercícios callisthenicos, segundo os princípios do Dr. Candeyras (LIVRO DE TERMOS DE VISITA E EXAME, 1920, p. 6).

Seguindo um mesmo interesse de exibição escolar e de seus alunos, o Grupo Escolar Felipe Camarão, ia às ruas do centro da cidade de Ceará-Mirim no ano de 1920, para exhibir e realizar a denominada de “Festa de 1º de Maio”, ao menos era o que registrava em seus Termos de festas, marca de obediência e disciplina. Tal como explicou Foucault (1914) produção de

atas e outros tipos de registros constitui ação inerente ao processo de disciplinarização nas instituições tais como a escola.

Chama atenção no registro daquela naquela festividade tanto o pretense alinhamento e ordenamento do corpo dos escolares sob direção do seu professor, como quem exibe uma técnica da “arte de distribuição” (FOUCAULT, 2014), quanto a própria exibição dos corpos praticando exercícios físicos na ocasião, o que demonstra que o corpo estava no centro de interesse daquele evento.

Mais que isso, ao incluir a ginástica na programação, buscava demonstrar à população que a escola da República cuidava dos corpos dos estudantes por meio dos exercícios físicos. Buscava expor que aquele era um local que caminhava com os preceitos higiênicos do cultivo do corpo para o seu fortalecimento. Ou parafraseando Soares Jr (2019) demonstrava o equilíbrio que tentava construir em que representaria a escola como lugar de cuidar e produzir corpos e mentes sadios concomitantemente.

As festas do mês de maio abraçando a prática de exercícios calistênicos apresentava-se como uma forma de movimentar e fortalecer o corpo dos escolares “ativando” as suas capacidades musculares, torneando-o. Era também mais um elemento da cultura escolar daquele estabelecimento de ensino, e, portanto, era anunciado por meio daquela festa pública. Conforme Vinão Frago, por cultura escolar entende-se todas as

[...] práticas e comportamentos, modos de vida, hábitos e ritos - a história diária das atividades escolares -, objetos materiais - função, uso, distribuição no espaço, materialidade física, simbolismo, introdução, transformação, desaparecimento... [...] tudo. E sim, é verdade, a cultura escolar é toda a vida escolar: fatos e ideias, mentes e corpos, objetos e comportamentos, modos de pensar, dizer e fazer (VINÃO FRAGO, 1995, p. 68-69, tradução nossa).

Assim exibir o corpo pela festa era naquele contexto mostrar como a escola da República cultivava-o, tal como com as árvores nas festas do mês de maio. Essa era uma proposta em curso pelo Grupo Escolar Felipe Camarão em meados da Primeira República. Enquanto atividade que compunha a vida escolar, deveria ser anualmente realizada, marcando sua cultura.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do ano de 1914 a Festa das Árvores ganhava espaço na legislação escolar do Rio Grande do Norte. Ela era legislada e, posteriormente, supervisionada. Isso se fazia pela atuação dos inspetores de ensino que, ao visitar as instituições escolares, verificavam se haviam registros que indicassem para a execução das festas. Esta era um motivo de vigilância e isso

não se fazia por acaso. Muito embora nem sempre essa fosse realizada ou registrada, notando-se burlas dos professores acerca da escrituração escolar.

A partir do estudo desta festividade nos Grupos Escolares Barão de Mipibu e Felipe Camarão, observamos que ela evidenciava diversos caracteres que a escola deveria ressaltar, tais como o patriotismo e civismo e o cultivo do corpo, demonstrando alinhamento com o ideário republicano que buscava incutir um discurso de que a escola cuidava do corpo e da mente das crianças e expunha tais preceitos à população das cidades por meio dos festejos escolares, tais como a Festa da Árvore/Festa de 1º de Maio. Desse modo essas propostas que eram pensadas para serem realizadas anualmente constituíam a cultura escolar desses estabelecimentos de ensino, como também se configuravam como um cotidiano cívico-patriótico inventado.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Rita de Cássia de M. P. **Festa à brasileira: significados do festejar, no país que não é sério**. Tese (Doutorado do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

ARAÚJO, A. T. dos S.; STAMATTO, M. I. S.; MEDEIROS NETA, O. M. de. SEVERINO BEZERRA E SUA TRAJETÓRIA NA EDUCAÇÃO NORTE-RIO-GRANDENSE: de normalista à criação do Colégio Dom Pedro II (1908-1946). **Revista Humanidades & Educação**, Imperatriz (MA), p. 2–14, 2020. Disponível em: <http://cajapio.ufma.br/index.php/humanidadeseducacao/article/view/15018>. Acesso em: 3 out. 2023.

ARAÚJO, Iury Gabriel Amorim de. **As festividades do Grupo Escolar Felipe Camarão (1912-1939)**. 2021. 212f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

ARAÚJO, Iury Gabriel Amorim de; SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. SABORES DE UM ARQUIVO FESTIVO DO GRUPO ESCOLAR FELIPPE CAMARÃO (1920-1939). **Revista Humanidades & Inovação**, Palmas - TO, v. 9, n. 13, p. 280-292, 24 nov. 2023. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/7062>. Acesso em: 1 out. 2023.

AZEVEDO, C. B.; STAMATTO, M. I. S. **Escola da ordem e do progresso: Grupos Escolares em Sergipe e no Rio Grande do Norte**. Brasília: Liber Livro, 2012.

BENCOSTTA, M. L. A. Desfiles patrióticos: cultura cívica nos grupos escolares de Curitiba (1903-1971). In. **III Congresso Brasileiro de História da Educação** – PUCPR, 2004. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo1/034.pdf>. Acesso em: mar. 2023.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**. 3 ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2008.

CRUZ, P. L. C. A. da; STAMATTO, M. I. S. A arquitetura escolar na construção do imaginário republicano. In. **Acta Scientiarum. Education**, v. 40(2), 2018.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org). **Educação, modernidade e civilização**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 89-125.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EDUSP, 2009.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002.

SOARES JUNIOR, Azemar dos Santos. **Phisicamente Vigorosos: medicalização escolar e modelação de corpos na Paraíba (1913-1942)**. São Paulo: e-manuscrito, 2019.

GRUPO ESCOLAR BARÃO DE MIPIBU. **Livro de termos de visita e exames**. São José de Mipibu, 1920.

GRUPO ESCOLAR FELIPPE CAMARÃO. **Livro de termos de visita e exames**. Ceará-Mirim, 1920.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 174, de 5 de março de 1908. Cria no bairro da Ribeira um Grupo Escolar denominado “Augusto Severo”. In. **Actos Legislativos e Decretos do Governo**. Natal: Imprensa oficial, 1908b.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 249, de 22 de novembro de 1907. Autoriza o governo a reformar a Instrução Pública. In. **Actos Legislativos e Decretos do Governo**. Natal: Typ. d’A República, 1908a.

RIO GRANDE DO NORTE. **Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas**. Directoria Geral da Instrução Pública. Natal: Typ. Commercial, 1914.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto n. 178 de 29 de abril de 1908. Reestabelece a Directoria Geral de Instrução Pública, cria a Escola Normal, Grupos Escolares, Escolas Mistas e dá outras providências. In: **Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte**. Natal: Typ. d’A República, 1908c.

VIÑAO FRAGO, A. Historia de la educación y historia cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.0, p. 63-82, set./dez.1995.